



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ISAAK DE ANDRADE CAVALCANTI

**EVIDENCIAÇÃO DO ATIVO INTANGÍVEL DE CLUBES DE FUTEBOL
DO CAMPEONATO BRASILEIRO SÉRIE A 2015 SOB A ÓTICA DO CPC 04**

**CAMPINA GRANDE – PB
2016**

ISAAK DE ANDRADE CAVALCANTI

**EVIDENCIAÇÃO DO ATIVO INTANGÍVEL DE CLUBES DE FUTEBOL
DO CAMPEONATO BRASILEIRO SÉRIE A 2015 SOB A ÓTICA DO CPC 04**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Ma. Janayna Rodrigues de Morais Luz

**CAMPINA GRANDE – PB
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C377e Cavalcanti, Isaak de Andrade

Evidenciação do ativo intangível de clubes de futebol do Campeonato Brasileiro Série A 2015 sob a ótica do CPC 04 [manuscrito] / Isaak de Andrade Cavalcanti. - 2016. 26 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2016.

"Orientação: Profa. Ma. Janayna Rodrigues de Moraes Luz, Contabilidade".

1. Evidenciação. 2. Ativo intangível. 3. Clubes de futebol. 4. CPC 04. I. Título.

21. ed. CDD 657.48

ISAAK DE ANDRADE CAVALCANTI

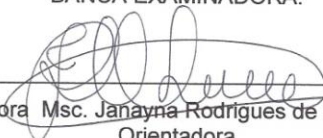
**Evidenciação do ativo intangível de clubes de futebol do Campeonato Brasileiro série A
2015 sob a ótica do CPC 04**

Este Trabalho de Conclusão de Curso –TCC foi julgado adequado para a obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis, sendo aprovado em sua forma final.

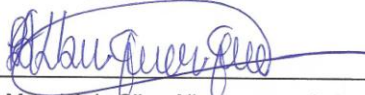


Professor Esp. Cláudio de Oliveira Leôncio Pinheiro
Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso

BANCA EXAMINADORA:



Professora Msc. Janayna Rodrigues de Moraes Luz
Orientadora



Professora Msc. Lúcia Silva Albuquerque de Melo
Membro



Professora Msc. Kallyse Priscila Soares de Oliveira
Membro

Campina Grande – PB, 19 de Maio de 2016.

EVIDENCIAÇÃO DO ATIVO INTANGÍVEL DE CLUBES DE FUTEBOL DO CAMPEONATO BRASILEIRO SÉRIE A 2015 SOB A ÓTICA DO CPC 04

Isaak de Andrade Cavalcanti*

RESUMO

O presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo de analisar as informações do ativo intangível dos clubes brasileiros Série A em conformidade com o CPC 04. Para atingir esses objetivos foram analisadas as demonstrações contábeis e as notas explicativas do exercício de 2014, dos clubes da Série A do Campeonato Brasileiro de 2015. Este estudo foi realizado a partir de uma *checklist* elaborada por Leite e Pinheiro (2012) com itens de divulgação descritos no CPC 04. A coleta de dados foi realizada por meio da codificação sim (atribuir pontuação 1) ou não (atribuir pontuação 0). Por meio de um mapeamento realizado nos principais anais, foram identificados somente 7 produções científicas acerca dos clubes de futebol com apenas dois artigos sobre ativo intangível nestes clubes. Os resultados pontuaram que o nível de divulgação foi considerável, uma vez que os clubes estão atendendo as exigências de divulgação do CPC 04, não em sua totalidade, os itens mais divulgados foram as adições (aquisição de um novo intangível no período) e taxas de amortização e os menos expressivos foram, o valor contábil de cada intangível individualmente (valor de contrato de cada jogador), os valores residuais, se existem intangíveis como garantia de obrigações, entre outros.

Palavras-Chave: Evidenciação. Ativo intangível. Clubes de futebol.

1 INTRODUÇÃO

O futebol deixou de ser apenas uma atividade de mero entretenimento para uma atividade com finalidades econômicas, que exige organização financeira, contábil e jurídica (BASTOS; PEREIRA; TOSTES, 2005). No Brasil, os clubes de futebol sempre foram considerados entidades sem fins lucrativos; portanto, antes da chamada Lei Pelé, nunca prestaram contas à sociedade, e, apenas a partir da sua vigência, os clubes enfrentaram o desafio de virar clubes-empresa. Os jogadores se transformam em mercadoria, os torcedores em consumidores, o jogo em um ativo financeiro, e o futebol em um grande negócio (GONÇALVES; CARVALHO, 2006 apud CARDOSO; MAIA; PONTE, 2012).

Muito embora a cadeia produtiva do futebol esteja longe do modelo clássico de máxima eficiência e competição perfeita, trata-se inegavelmente de um setor que, além de representativo para a economia brasileira, demonstra rápido crescimento, em função da

* Aluno de Graduação em Ciências Contábeis na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
Email: isaak.c@live.com

evolução crescente na capacidade de consumo e distribuição da renda dos brasileiros, da profissionalização do jogo e da progressiva consolidação de diversas competições profissionais que geram público e renda (BLUMENSCHHEIN; NEDAL, 2010).

Com essa importância econômica do futebol, foi visto o porquê de estudar os ativos intangíveis dentro do segmento abordado. Bastos, Pereira e Tostes (2005), dizem que a evidênciação do ativo intangível, propicia uma melhor avaliação por investidores quanto ao retorno do investimento e confere a todos os usuários da informação, maior clareza e conhecimento da situação financeira do clube. Já para Cardoso, Maia e Ponte (2012) o gerenciamento dos intangíveis se torna indispensável para assegurar a continuidade do clube. Os ativos intangíveis podem ser importantes estrategicamente para o sucesso do clube, além disso, pode ser um diferencial (LEV 2000 apud LEITE; PINHEIRO, 2012).

Na pesquisa de Leite e Pinheiro (2012) os resultados obtidos revelaram que quanto maior o total da receita obtida pelos clubes, como também melhor desempenho no campeonato, maior o nível de divulgação das demonstrações contábeis, no estudo de Cardoso; Maia e Ponte (2012) pôde-se observar que o nível de *disclosure* dos clubes brasileiros é consideravelmente menor que o dos clubes europeus (melhor evidênciação).

No que diz respeito à qualidade da informação, representa aspectos importantes no processo de evidênciação contábil e discutir as divulgações de itens estabelecidos em norma vigente que trata de intangível, busca priorizar itens relevantes para os clubes de Futebol, pelos contratos realizados neste setor.

Diante do exposto acima, o presente estudo tem o seguinte questionamento: Os clubes de futebol brasileiros da série A, campeonato 2015 estão apresentando os itens de divulgação do ativo intangível estabelecidos no CPC 04? Portanto, o objetivo geral é analisar as informações do ativo intangível dos clubes brasileiros Série A em conformidade com o CPC 04.

Os objetivos específicos são:

- a) Mapear os estudos nos anais dos principais congressos ANPCONT, EnANPAD, Congresso USP, Repositório *Spell* que tratam de ativo intangível em clubes de futebol;
- b) Identificar por meio de análise de conteúdo, os itens de divulgação estabelecidos no CPC 04;
- c) Utilizar estatística simples para obtenção de resultados quanto ao índice de evidênciação contábil descrito na metodologia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ativo Intangível

De acordo com o CPC 04, ativo é um recurso: (a) controlado pela entidade como resultado de eventos passados; e (b) do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade.

Os ativos intangíveis são aqueles que não podem ser tocados, porque não possuem corpo físico ou matéria (LAGIOIA, 2013). Para Hoss *et. al.* (2010) ativos intangíveis são incorpóreos representados por bens e direitos associados a uma organização. O CPC 04 define ativo intangível como um ativo não monetário identificável sem substância física. Extraído do CPC 04 as informações do quadro 1:

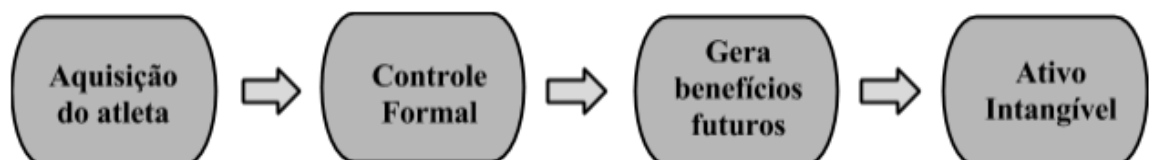
Quadro 1 – Processos contábeis dos ativos intangíveis

Processos contábeis	Ativo intangível
Reconhecimento	Deve atender a definição de ativo intangível; for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.
Mensuração	Pelo método de custo no Brasil, exceto o <i>goodwill</i> gerado por expectativa de rentabilidade futuro reconhecido pelo valor justo.
Divulgação	Divulgar ao menos os itens obrigatórios (itens 118 a 127, estudados nesta pesquisa – ver anexo).

Fonte: CPC 04 (2010)

No caso dos atletas o controle é formal, pois para se vincularem a um clube os atletas devem firmar contratos que assegurem às agremiações o direito de dispor de seus serviços (PRADO e MOREIRA, 2014).

Figura 1 – Reconhecimento do ativo intangível - atletas



Fonte: Adaptado Prado e Moreira, 2014.

Os principais ativos intangíveis para o segmento de futebol apresentados de acordo com a literatura existente são atletas formados, atletas em formação, direitos de imagem (os

clubes têm direito de uso de voz e imagem do atleta em campanhas publicitárias e eventos de interesse do clube).

2.2 Disclosure das informações contábeis

O esporte que é definido como “a paixão nacional” do Brasil, movimenta quantias representativas, e por esse motivo que aumenta a rigidez e o controle do *disclosure* contábil dos clubes de futebol, visto a necessidade da contabilidade em fornecer informações ao mercado de com qualidade, para a tomada de decisão dos investidores.

O *disclosure* “é um compromisso inalienável da contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos” (IUDÍCIBUS, 2000, p. 121). O *disclosure* significa a disponibilização de informações de caráter obrigatório ou voluntário, se tornando assim uma empresa transparente ao mercado (CARDOSO; MAIA; PONTE, 2012).

Essa divulgação deve ser relevante, fidedigna e íntegra para seus *stakeholders* (público estratégico, uma pessoa ou grupo que fez um investimento ou tem ações ou interesse em uma empresa, negócio ou indústria), pois o excesso de informação pode confundir o usuário e a torna inútil, e além disso gerar custo para a empresa.

O gerenciamento dos ativos intangíveis é relevante para assegurar a empresa retorno destes investimentos, e assim conseqüentemente a sua perenidade. Segundo Iudícibus (2010), os direitos federativos (antigos “passes”) constituem o principal ativo de um clube de futebol, e por natureza classificasse como ativos intangíveis, além das marcas.

Bastos, Pereira e Tostes (2005) ressaltam que as habilidades técnicas e o uso comercial da imagem dos jogadores representam um importante ativo ao clube por propiciarem receita ao mesmo. Diante disto, nota-se a importância das informações sobre a situação do clube ser confiáveis para assim reduzir os riscos e as incertezas para seus usuários internos e externos e aumentar os investimentos.

2.3 Legislação que rege a contabilidade do nosso futebol

De acordo com o quadro 2, verifica-se que a Lei 8.672\93 conhecida como “Lei Zico” foi revogada pela a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, conhecida como a “Lei Pelé”. A qual extinguiu a propriedade de passe, e que foi alterada pelas Leis nº 9.981\2000, nº 10.624\2001, nº 10.672\2003 e nº 11.118\2005, que instituiu normas gerais sobre a relação jurídica das entidades desportivas com os atletas, equiparada essas entidades as sociedades

empresariais, quanto aos aspectos fiscais, previdenciários, financeiros, contábeis e administrativos e exige a elaboração das demonstrações financeiras do clube, de acordo com os padrões do Conselho Federal de Contabilidade:

Quadro 2 - Legislação que rege a contabilidade do futebol brasileiro

ORDENAMENTO LEGAL – ENTIDADES DESPORTIVAS	
Início	Foi iniciada por meio do Conselho Nacional da Cultura pelo decreto-lei 526/1938. CNC – finalidade de coordenar todas as atividades relacionadas com o desenvolvimento cultural do país.
1º Aspecto normativo	Foi o decreto-lei 3.199/1941 – o governo regulamentava e administrava toda a atividade desportiva juntamente com seus aspectos jurídicos.
Decreto Lei 7674/1945	Definia que a entidade desportiva funcionasse como um órgão fiscal no qual os conselhos fiscais realizavam o acompanhamento das entidades. Órgão fiscal – realizava o exame mensalmente, os livros, documentos e balancetes, bem como apresentar assembleia geral ou conselho deliberativo, parecer anual sobre movimento econômico, financeiro e administrativo.
Decreto Lei 53.820/1964	Legitimidade sobre a profissão de atletas de futebol Estabelece que a entidade cedente poderá exigir da entidade desportiva cessionária o pagamento de uma indenização ou passe.
Lei 6.354/1976	Conhecida como Lei do Passe, pioneira a elucidar sobre os clubes de futebol no que refere-se a garantia dos clubes formadores de jogadores de usufruírem dos direitos sobre o futebol destes atletas.
Decreto 80.228	Controle mais severos na administração financeira. Elaboração detalhada das demonstrações contábeis em cada exercício. Conceito de lucratividade representou uma variável relevante para o sucesso destas entidades aqui discutidas.
Lei 8.672/1993 – Lei Zico	Finalidade: adaptar a legislação brasileira ao cenário esportivo mundial. Representou as transformações dos clubes em empresas. Esta lei não foi bem aceita pelos dirigentes de clubes de futebol, visto que o enquadramento neste conceito eliminaria uma série de vantagens fiscais.
Lei 9.615/1998 – Lei Pelé	Extinção do “passe livre”, impedindo que os clubes negociem os direitos sobre seus ativos (atletas) reduzindo a receita dos clubes. Obrigatoriedade dos clubes se transformem em empresas comerciais.
Lei 10.672 – Lei de Moralização do Esporte	Obrigatoriedade da aprovação das contas em assembleia geral de associados. Necessidade de publicação das demonstrações contábeis de cada período, aprovadas por auditores independentes e a responsabilização dos dirigentes em caso de má administração dos clubes.
Lei 6.404/1976 alterada Lei 11.638/2004	- Substituição da DOAR pela DFC; - Criação do subgrupo ativo intangível no ativo não circulante; - Uso de estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e transações; - Análise periódica quanto a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo do clube (<i>impairment</i>).

CFC aprovou a resolução 1.429/2013, NBC – Interpretação técnica geral – NBC ITG 2003	Determina os critérios e procedimentos específicos de avaliação, registro contábil e de estruturação das demonstrações contábeis.
--	---

Fonte: Adaptado de Prado; Moreira (2014).

Em 2004, o Conselho Federal de Contabilidade Instituiu a “Norma Brasileira de Contabilidade (NBC T) 10.13 - Dos Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Desportivas Profissionais”, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros contábeis e de estruturação das demonstrações contábeis das entidades de futebol profissional e demais práticas desportivas profissionais.

Em 2006, para padronizar os balanços dos Clubes de Futebol e gerar mais qualidade e transparência, surge uma parceria promovida entre o Ministério do Esporte, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e o Clube dos 13 (União dos Grandes Clubes do Futebol Brasileiro), que produziu a Cartilha para Padronização das Práticas Contábeis dos Clubes de Futebol Profissional. Acerca da cartilha, destacou a direção do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – Ibracon (apud BRASIL, 2006): “É vital que o balanço obedeça a registros e tenha a valorização exposta de forma correta. A padronização facilita o papel do auditor e exclui o risco de más interpretações de dados apresentados”.

Já em 2013, foi aprovado o ITG 2003, que expõe o tratamento contábil a ser adotado pelas entidades desportivas relacionados aos gastos com formação, aquisição, renovação, luvas de atletas, inclusive os gastos diretamente relacionados ao ativo, no caso dos direitos de imagem.

O reconhecimento do ativo deve seguir as regulamentações do IAS 38 - *Intangible Assets*, em países que são obrigados a seguir as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), e no caso do Brasil o CPC 04 - Ativo Intangível, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, como reflexo da IAS 38, e também a Lei Nº 11.638/2007 que alterou a Lei Nº 6.404/1976 (CARDOSO; MAIA; PONTE, 2012).

2.4 Estudos científicos realizados anteriormente acerca do tema

Estudo realizado por Silva (2014), sobre análise da produção científica no congresso brasileiro de custos identificou 65 artigos sobre ativo intangível, no período de 20 anos.

Desses estudos apenas um tratava sobre ativo intangível nos clubes de futebol, intitulado de O Custo de Formação de Atletas no Futebol Brasileiro e a Mensuração do Ativo Intangível: Um Estudo de Caso no Coritiba Foot Ball Club (2013). Silva (2014) revela que foram identificados nos conteúdos das produções científicas, antes do processo de normatização, incoerência conceitual relacionado ao processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação, no qual este triângulo conceitual representou muito tempo um desafio da contabilidade para ao tratamento contábil dos ativos intangíveis.

Primeiramente foi realizada uma pesquisa acerca de trabalhos existentes neste segmento, nos principais anais: ANPCONT (Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Ciências Contábeis), EnANPAD (Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração), Repositório *SPELL* (*Scientific Periodicals Electronic Library*) e Congresso USP de Controladoria e Contabilidade (não foram analisados apenas os 3 (três) primeiros anos do Congresso USP). (TABELA 1):

Tabela 1 – Produção científica sobre ativo intangível

Evento	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
USP	-	-	-	-	NP	NP	NP	1	0	4	1	0	1
ANPCONT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0	1
SPELL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
EnANPAD	0	0	0	0	1	1	3	2	2	1	2	1	1
Evento	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL	SEGMENTO ESTUDADO		%			
USP	0	2	2	1	3	2	17	6		35,29			
ANPCONT	0	1	1	2	2	3	11	1		9,09			
SPELL	0	0	2	1	1	0	5	0		0			
EnANPAD	0	0	0	0	1	0	15	0		0			

Tabela elaborada pelo autor. Legenda: (-) = O evento ainda não existia; NP = Não foi pesquisado neste ano.

Foram identificados 41 artigos sobre ativo intangível e 7 produções científicas nos clubes de futebol (apenas dois trataram do ativo intangível nos clubes), onde seis foram do Congresso USP e um do ANPCONT, analisados no quadro 3 quanto a amostra, objetivo e estatística aplicada:

Quadro 3 - Estudos encontrados e suas características.

Estudo/autores	Evento	Amostra	Objetivo	Estatística aplicada
A evidenciação contábil do ativo intangível – atletas – dos clubes do futebol (BASTOS; PEREIRA;	Congresso USP	4 Clubes brasileiros e 4 clubes europeus	Verificar se há evidenciação do ativo intangível e qual a relação do restante do	Não identificada

TOSTES, 2005)			ativo.	
A transparência das demonstrações financeiras em organizações desportivas: um estudo da evidenciação contábil em clubes de futebol (SILVA, 2007).	Congresso USP	Clubes da primeira divisão do Campeonato Brasileiro de 2004	O desempenho dos clubes tem relação com a transparência nas demonstrações	Não identificada
Evidenciação contábil em entidades desportivas: uma análise de clubes de futebol brasileiros (SILVA; TEIXEIRA; NIYAMA, 2009).	Congresso USP	Clubes das séries A e B do Campeonato Brasileiro 2007	Influência do porte e desempenho dos clubes na evidenciação.	Regressão
Práticas de <i>disclosure</i> do ativo intangível em clubes de futebol (CARDOSO; MAIA; PONTE, 2012).	Congresso USP	Os dez clubes mais valiosos do Brasil (<i>ranking</i> da RCS 2009) e os dez mais valiosos do mundo (Forbes LLC 2009)	Nível de divulgação do ativo intangível	Teste de diferença entre médias
O tratamento contábil adotado pelos clubes de futebol no registro de atletas profissionais e amadores: um estudo das demonstrações contábeis do exercício social de 2012 (PRADO; MOREIRA, 2014).	Congresso USP	Clubes da primeira divisão do Campeonato Brasileiro 2012	As formas de contabilização praticadas pelos clubes estão de acordo com a NBC T 10.13	Matriz de Custódio e Rezende, 2009
<i>Disclosure</i> nas demonstrações financeiras: Um estudo sobre o nível de evidenciação contábil dos clubes de futebol da série A do Campeonato Brasileiro 2013 à luz da resolução CFC nº 1.429/2013 (SOUZA; SILVA; SOUSA; NASCIMENTO; BERNARDES, 2015).	Congresso USP	Clubes de futebol da série A do Campeonato Brasileiro 2013	Nível de evidenciação dos clubes em relação as exigências da resolução do CFC nº 1.429/2013	Histograma e diagrama de Pareto
Práticas de evidenciação em entidades desportivas: Um estudo nos clubes das séries A e B do Campeonato Brasileiro de Futebol no período de 2011 a 2013 (FIGUEIREDO; SANTOS; CUNHA, 2015)	IX Congresso ANPCONT	Clubes de futebol das séries A e B do Campeonato Brasileiro de 2013	Nível de evidenciação focando 3 aspectos: Demonstrações, relatórios complementares e itens obrigatórios nas notas explicativas	Estatística descritiva

Fonte: Artigos encontrados no segmento de estudo.

De acordo com os estudos das produções científicas no quadro 3, observando as que tratam dos intangíveis nos clubes de futebol, pode-se descrever os seguintes resultados:

a) A não ativação do custo de formação dos atletas decorre dos critérios para seu reconhecimento, em desacordo com o que é preconizado na IAS 38 que determina que um ativo intangível deve ser reconhecido se, e somente se, gerar benefícios econômicos futuros e se seu custo puder ser razoavelmente mensurado. Os resultados pontuaram que nenhum dos clubes brasileiros evidenciou no seu ativo imobilizado o valor da contratação dos seus atletas, nem os gastos com a sua formação, diferentemente dos clubes europeus, e ainda ressaltam que os valores de “passes” dos jogadores eram registrados no Ativo Imobilizado, ou como direitos no Realizável à Longo Prazo, e ainda em menor número, no Não Circulante, Investimentos (BASTOS; PEREIRA; TOSTES, 2005);

b) Os clubes brasileiros apresentam poucas informações relativas aos seus ativos intangíveis, de acordo com o exigido pelo CPC 04, já os clubes europeus, apresentaram muitas informações com relação aos seus intangíveis de acordo com as exigências do IAS 38, concluiu-se, com base em testes estatísticos, que há uma diferença significativa entre os níveis de *disclosure* dos clubes brasileiros e o dos clubes europeus, onde os níveis de *disclosure* nos clubes europeus são superiores (CARDOSO; MAIA; PONTE, 2012).

3 METODOLOGIA

Em relação aos objetivos da pesquisa, pode-se classificar como descritiva e exploratória. Descritiva, descrevendo as características de uma população, que no caso são os vinte clubes, fazendo uma relação entre as variáveis, sendo elas a porcentagem do ativo intangível evidenciado, representatividade do intangível, desempenho do clube no campeonato, as receitas brutas e resultado do exercício, proporcionando assim uma nova visão sobre a realidade existente, para reflexão para futuras mudanças. Exploratória, pois, busca realizar sondagens para aprimorar ideias, construir e verificar hipóteses, com relação às variáveis abordadas (DUARTE).

Quanto ao delineamento a pesquisa se classifica como documental, tendo em vista que teve como base as demonstrações financeiras e notas explicativas dos clubes de futebol do exercício 2014, coletadas no site de cada empresa. Foram analisados 18 clubes, por fazerem parte da série A do Campeonato Brasileiro 2015, perfazendo um total de 20 clubes, porém duas das entidades foram excluídas: a Associação Chapecoense de Futebol (não tem ativo intangível) e o Joinville Esporte Clube (não apresentou a nota explicativa). Segue relação na tabela 2 das vinte empresas, com suas respectivas receitas por ordem decrescente:

	Clubes de futebol	Receita Bruta 2014 (em reais)		Clubes de futebol	Receita Bruta 2014 (em reais)
1°	Clube de Regatas do Flamengo	347.027.325,00	11°	Fluminense Football Club	122.271.000,00
2°	São Paulo Futebol Clube	253.381.000,00	12°	Clube Atlético Paranaense	102.229.877,00
3°	Sociedade Esportiva Palmeiras	244.109.000,00	13°	Coritiba Foot Ball Club	87.282.774,00
4°	Sport Club Corinthians Paulista	229.697.000,00	14°	Goiás Esporte Clube	66.718.716,52
5°	Cruzeiro Esporte Clube	206.460.605,59	15°	Sport Club do Recife	60.797.294,00
6°	Sport Club Internacional	205.086.005,00	16°	Figueirense Futebol Clube	41.881.917,00
7°	Grêmio Foot-ball Porto Alegrense	191.182.000,00	17°	Associação Chapecoense de Futebol	34.820.302,68
8°	Clube Atlético Mineiro	178.942.529,00	18°	Avai Futebol Clube	30.156.771,70
9°	Santos Futebol Clube	135.408.000,00	19°	Joinville Esporte Clube	28.673.586,00
10°	Club de Regatas Vasco da Gama	129.193.694,00	20°	Associação Atlética Ponte Preta	22.415.805,00

Fonte: Demonstração do Resultado do Período dos clubes (2014)

A análise do estudo teve como base o CPC-04 que trata do Ativo Intangível. Foram identificadas as demonstrações financeiras e notas explicativas, por meio dos *sites* das entidades e observado as informações presentes na Demonstração do Resultado do Exercício 2014 das vinte empresas desportivas, para verificar qual seria a ordem decrescente das receitas brutas. Identificado à receita bruta, realizou-se uma análise dos balanços patrimoniais, observando o total do ativo, para verificar a representatividade do ativo intangível em relação ao ativo total.

Para coleta de dados foi realizado um *checklist* elaborado por Leite e Pinheiro (2012), baseado no CPC 04, que traz o que o clube deve evidenciar no ativo intangível, com objetivo de mostrar o nível de evidenciação. Foram analisados 31 itens, visto que o foco foi os de caráter obrigatório, desconsiderando os itens opcionais, o que trata sobre a reavaliação de ativos, uma vez que essa prática é proibida no Brasil e os gastos com desenvolvimento e pesquisa, pois as entidades do segmento de estudo não fazem uso deste item (Cf. Anexo).

Para a identificação da informação divulgada foi atribuído 1 (um) ponto ou 0 (zero) pra o quem não divulgou a informação. A busca destes itens nas notas explicativas foi realizada por meio de leitura das notas, do uso de palavras que continham no ponto exigido pelo CPC 04, uma análise sistematizada das informações descritas o item de divulgação do CPC 04. Por fim, calculado o índice de evidenciação, que é o somatório dos pontos obtidos de evidenciação que cada clube obteve, dividido pelo somatório dos itens exigidos estudados.

Fórmula foi aplicada no *excel* para obtenção dos resultados. Este índice foi aplicado nos estudos de Nakayama (2012) apud Martins e Costa (2013):

$$IndEvid = \sum_{i=1}^n di \div \sum_{j=1}^m dj$$

4 ANÁLISE DE DADOS

Os 18 clubes foram analisados, atentando para ordem decrescente das receitas brutas, a representatividade do ativo intangível dos clubes e classificação no campeonato. Um estudo em 2009 verificou que, quanto maior é a receita obtida pelo clube de futebol, maior é a evidenciação das demonstrações (SILVA; TEIXEIRA; NIYAMA, 2009). De acordo com um estudo de Leite e Pinheiro (2012) observou que a receita bruta maior também tem como consequência uma maior evidenciação do ativo intangível. O presente estudo também se alinhou com estes resultados de análises em estudos anteriores. Na tabela 3 foi exposto os valores dos ativos totais e intangíveis, daí calculado o percentual de representatividade do intangível.

Tabela 3 – Representatividade do ativo intangível em relação ao ativo total do clube.

Clube	Ativo total (em reais)	Intangível (em reais)	Intangível (% em rel. ao ativo total)
Santos Futebol Clube	186.205.000,00	120.850.000,00	64,90
São Paulo Futebol Clube	555.825.000,00	200.774.000,00	36,12
Grêmio Foot-ball Porto Alegrense	369.853.000,00	119.703.000,00	32,37
Associação Atlética Ponte Preta	250.264.619,00	77.901.000,00	31,13
Cruzeiro Esporte Clube	468.439.307,71	92.974.287,11	19,85
Club de Regatas Vasco da Gama	321.632.527,00	61.237.842,00	19,04
Figueirense Futebol Clube	37.083.961,00	6.684.726,00	18,03
Coritiba Foot Ball Club	212.542.302,00	32.951.696,00	15,50
Goiás Esporte Clube	25.100.293,50	3.582.039,08	14,27
Joinville Esporte Clube	9.455.673,00	1.036.327,00	10,96
Fluminense Football Club	379.069.000,00	33.989.000,00	8,97
Sociedade Esportiva Palmeiras	597.225.000,00	53.420.000,00	8,94
Club de Regatas do Flamengo	429.910.131,00	37.574.735,00	8,74
Sport Club Internacional	733.196.288,00	58.877.457,00	8,03
Club Atlético Mineiro	751.857.477,00	46.637.574,00	6,20
Sport Club do Recife	169.967.012,00	6.693.298,00	3,94
Sport Club Corinthians Paulista	1.453.117.000,00	49.233.000,00	3,39
Club Atlético Paranaense	553.527.049,00	12.827.176,00	2,32
Avai Futebol Clube	57.201.565,41	1.021.681,45	1,79
Associação Chapecoense de Futebol	4.506.864,23	-	-

Fonte: Demonstrações Financeiras de cada clube, adaptado pelo autor.

	b)		1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	1	1	1
	c)		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Totais		5	4	4	4	3	4	4	3	3	4	1	4	3	3	3	3	2	2	4

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016. Legenda: **119.** a) Ser separadas (agregadas) em classes menores (maiores); **120.** a) Sobre ativos intangíveis que perderam o seu valor em função da redução ao valor recuperável dos ativos; **121.** a) Na avaliação da vida útil de ativo intangível; b) No método de amortização; c) Nos valores residuais.

Na tabela 7 trata do item 122, o índice de divulgação foi baixo, alcançando apenas 32,78%, uma vez que este item busca informações detalhadas. Não obstante, as informações mais divulgadas foram valores totais sem detalhamento da sua composição, a exemplo no item 122.1 que trata a respeito de intangíveis adquiridos de subvenções governamentais, as informações mais divulgadas foram o valor justo inicial e o valor contábil, que são os pontos “a)” e “b)” respectivamente, os itens restantes (método de mensuração, se existem intangíveis como garantias de obrigações, valores de compromissos contratuais) não foram evidenciados e nem relatados nas notas.

Tabela 7 – Informações individuais de cada intangível dentro das classes e intangíveis por meio de subvenção

		Total de pontos	Flamengo	São Paulo	Palmeiras	Corinthians	Cruzeiro	Internacional	Grêmio	At. Mineiro	Santos	Vasco	Fluminense	Atl. Paranaense	Coritiba	Goiás	Sport Recife	Figueirense	Avaí	Ponte Preta	
			122. A entidade também divulgar:	a)	5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
b)	0	0		0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
c)	1	1		1		1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0
d)	0	1		0		1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
e)	0	1		0		1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
122.1 Em relação a ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção.	a)	5	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	0	
	b)		1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	
	c)		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	d)		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	e)		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Totais		10	4	6	4	6	3	5	1	2	6	3	4	3	2	4	1	3	2	1	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016. Legenda: **122. a)** O valor contábil dos ativos intangíveis avaliados com tendo vida útil definida; **b)** Os motivos e fatores importantes que fundamentam a avaliação dos ativos intangíveis; **c)** A descrição de qualquer ativo intangível individual; **d)** O valor contábil de qualquer ativo intangível individual; **e)** O prazo de amortização remanescente de qualquer ativo intangível individual. 122.1 **a)** O valor justo; **b)** O valor contábil; **c)** Se são mensurados, após o reconhecimento, pelo método de custo ou reavaliação; **d)** os valores contábeis de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações; **e)** O valor dos compromissos contratuais advindo da aquisição de ativos intangíveis.

Após análise da *checklist*, foi feito o cálculo do índice de evidenciação, mostrado na tabela a seguir:

Tabela 8 – Análise dos resultados das tabelas anteriores referentes ao *checklist*, mostrando o percentual evidenciado no ativo intangível de cada clube, através do índice de evidenciação.

<i>Clube</i>	<i>Itens analisados</i>	<i>Pontos obtidos</i>	<i>IndEvid</i>
Flamengo	31	22	0,709677
São Paulo	31	24	0,774194
Palmeiras	31	22	0,709677
Corinthians	31	22	0,709677
Cruzeiro	31	20	0,645161
Internacional	31	24	0,774194
Grêmio	31	16	0,516129
Atl. Mineiro	31	19	0,612903
Santos	31	25	0,806452
Vasco	31	12	0,387097
Fluminense	31	23	0,741935
Atl. Paranaense	31	13	0,419355
Coritiba	31	19	0,612903
Goiás	31	20	0,645161
Sport Recife	31	17	0,548387
Figueirense	31	18	0,580645
Avai	31	16	0,516129
Ponte Preta	31	17	0,548387

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Utilizou-se também da estatística para elaborar a tabela 9, apresentando os resultados do cálculo da evidenciação mínima (valor do clube com menor divulgação), máxima (valor do clube com maior divulgação), a média encontrada dentro da amostra dos 18 clubes. A média consideravelmente relevante comparando a estudos anteriores de Cardoso; Maia; Ponte (2012) e Leite; Pinheiro (2012), calculando também a Mediana (valor que se encontra num ponto médio dentro do valor mínimo e máximo) e o Desvio Padrão (que mostra se os números encontrados estão próximos, homogêneos ou não). Posteriormente também feito cálculo do Coeficiente de Variação (CV), auxiliando na explicação do desvio padrão.

Tabela 9 – Índice Evidenciação – 2014

Mínimo	0,387097
Máximo	0,806452
Média	0,625448
Mediana	0,629032
Desvio padrão	0,117856

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

O Coeficiente de Variação (CV) = (desvio padrão/média)*100. Quando $CV \leq 20\%$, trata-se de uma mistura homogênea, desvio considerado baixo; quando $CV > 20\%$, trata-se de uma mistura heterogênea, desvio considerado alto (adaptado de ZAMBERLAN, 2011).

$$CV = (0,117856/0,625448)*100$$

$$CV = 18,84\%$$

Por meio da análise observa-se que o percentual de evidenciação do ativo intangível nos clubes de futebol foram representativos, nenhum apresentou 100% de conformidade com os itens exigidos pelo CPC, mas comparando com estudos anteriores de Bastos, Pereira e Tostes (2005) e Cardoso, Maia e Ponte (2012), Leite e Pinheiro (2012), o nível de evidenciação vem melhorando, neste estudo apresentou uma média de 62,54% de divulgação. Um ponto máximo de 80,6% (alcançado pelo clube Santos) pode-se dizer que próximo dos 100%, obtivemos um ponto mínimo de 38,71% (Clube Vasco) o que já é próximo ao ponto máximo de evidenciação nos estudos anteriores citados neste parágrafo.

A amostra tem um desvio padrão considerado baixo, por meio do cálculo de variação, isso quer dizer que, os resultados encontrados estão próximos da média. Através deste estudo, pode-se verificar o que pode-se verificar o que estudos anteriores de Silva, Teixeira e Niyama (2009) e Leite e Pinheiro (2012) vêm trazendo sobre este assunto, que o nível de evidenciação tem uma relação paralela com as receitas dos clubes, pelo *checklist* realizado observou que os clubes de futebol com maiores receitas atingiram melhores índices de evidenciação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância do mercado do futebol representa crescimento econômico para os países, relacionados com o montante de recursos e resultados gerados por este segmento, dessa maneira os estudos passaram a investigar com maior intensidade as informações contábeis das instituições desportivas, porém poucas são as pesquisas que tratam de ativos intangíveis. Tais ativos são representados por gastos com formação, aquisição, renovação, luvas de atletas, direitos de imagem, marcas, dentre outros.

Foram criadas a Lei Pelé, Lei Zico, Lei da Moralização do esporte para adaptação do Brasil ao cenário esportivo mundial, obrigatoriedade dos clubes se transformarem em empresas, e a necessidade das publicações das demonstrações contábeis respectivamente. Cabe também destacar que, o CPC 04 representa a norma contábil que trata de ativo intangível, no qual as premissas definidas nesse texto busca identificar aspectos relacionados a reconhecimento, mensuração e evidenciação. Neste sentido, o objetivo desta pesquisa foi analisar as informações de ativo intangível, em conformidade com o CPC 04 dos clubes brasileiros Série A Campeonato 2015.

Por meio de um mapeamento realizado no Congresso USP, ANPCONT, Repositório *Spell* e EnANPAD foram identificados 48 artigos sobre ativo intangível nos períodos dos eventos, no entanto, somente 7 produções científicas nos clubes de futebol com apenas dois artigos sobre ativo intangível. Estes dados revelam a tímida produção científica do segmento relacionado aos ativos intangíveis, resultados estes que justificam a relevância do tema.

Os principais resultados identificaram que o nível de evidenciação sobre ativo intangível foram representativos, não obstante, verifica-se que as entidades não cumprem em sua totalidade os itens de divulgações estabelecidas na norma do CPC 04. As dificuldades existentes na coleta de dados permeia na não uniformidade das informações transcritas em notas explicativas. Os itens mais divulgados foram as adições (aquisição de um novo intangível no período) e taxas de amortização e os menos expressivos foram, o valor contábil de cada intangível individualmente (valor de cada jogador), os valores residuais, se existem intangíveis como garantia de obrigações, entre outros.

Como principal limitação do estudo destaca-se a coleta de dados realizado em apenas um período (ano), o que não permitiu apresentar a evolução da qualidade da informação contábil relativos aos ativos intangíveis. Sugestões para futuros estudos, fazer uma correlação estatística entre os resultados apresentados pelos clubes, gastos com ativos intangíveis e nível de evidenciação contábil.

DISCLOSURE OF INTANGIBLE ASSETS OF SOCCER CLUBS IN THE 2015 FIRST DIVISION BRAZILIAN CHAMPIONSHIP FROM THE PERSPECTIVA OF CPC 04

ABSTRACT

This work was developed with the objective of analyzing information of Intangible assets of brazilian série A clubs in accordance with CPC 04. To achieve these objectives were analyzed the demonstrations and the accompanying notes of the year 2014, of clubs of serie A of the

Brazilian Championship 2015. This study was conducted from a checklist developed by Leite and Pinheiro (2012) with disclosure items described in CPC 04. The data collection was performed by coding yes (scoring 1) or not (mark 0). Through a mapping carried out in the main annals, only 7 productions scientific about football clubs with only two articles on intangible assets of these clubs. The results showed what the level of disclosure was considerable, once what clubs they are following the requirements of disclosure of CPC 04, not in your all, the most publicized items were additions (purchase of new intangible assets in the period), and depreciation rates and the less expressive were the carrying value of each intangible individually (contract value of each player), residual values, among others.

Keywords: Disclosure. Intangible asset. Soccer clubs.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Paulo S. S.; PEREIRA, Roberto M.; TOSTES, Fernando P. **Uma contribuição para a evidência do ativo intangível – atletas – dos clubes de futebol**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2005. Disponível em <www.congressosp.fipecafi.org/artigos62006/64.pdf>. Acesso em 21 abr. 2016.
- BLUMENSCHNEIN, Fernando; NEDAL, Rafael Kaufmann. A importância do futebol na economia brasileira. **Cadernos FGV Projetos: futebol e desenvolvimento**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 38-43, jun. 2010. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6920/794.pdf?sequence=1>>. Acesso em 21 abr. 2016.
- BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Seção 1, Suplemento, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16404compilada.htm>. Acesso em 8 nov. 2014.
- BRASIL. Lei nº 8.672, de 06 de Julho de 1993. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 1993. Seção 1, p. 9379. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18672.htm>. Acesso em 9 nov. 2014.
- BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 mar. 1998. Seção 1, p. 1. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9615consol.htm>. Acesso em 9 nov. 2014.
- BRASIL. Ministério do Esporte. Cartilha de padronização dos balanços ajuda clubes de futebol a conquistarem transparência. **Site do Ministério do Esporte**. Notícias SNFUT, Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/212-noticias-snfut/40985-cartilha-de-padronizacao-dos-balancos-ajuda-clubes-de-futebol-a-conquistarem-transparencia>>. Acesso em 9 nov. 2014.
- CARDOSO, Vanessa Ingrid da Costa; MAIA, Anna Beatriz Grangeiro Ribeiro; PONTE, Vera Maria Rodrigues. Práticas de disclosure do ativo intangível em clubes de futebol. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12, 2012, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2012. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos122012/379.pdf>>. Acesso em 9 nov. 2014.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 1.005, de 17 de setembro de 2004. Aprova a NBC T 10.13 – Dos aspectos contábeis específicos em entidades desportivas profissionais. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**. 3. ed. Brasília: CFC, 2008, p. 234-238.
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. Resolução CFC nº 1.429, de 25 de janeiro de 2013. Aprova a ITG 2003 – Entidade desportiva profissional. **Princípios de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade**, v. 3. Porto Alegre: CRCRGS, abr. 2016, p. 526-530.
- DUARTE, Vânia Moreira do Nascimento. Pesquisas: exploratória, descritiva e explicativa. **Monografias Brasil Escola**, [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <<http://monografias.brasilecola>>.

uol.com.br/regras-abnt/pesquisas-exploratoria-descritiva-explicativa.htm.> Acesso em 5 maio 2016.

FIGUEIREDO, Guilherme Henrique; SANTOS, Vanderlei; CUNHA, Paulo Roberto da. Práticas de evidenciação em entidades desportivas: um estudo nos clubes de futebol das séries “A” e “B” do campeonato brasileiro de futebol no período de 2011 a 2013. In: CONGRESSO ANPCONT, 9., 2015, Curitiba. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ANPCONT, 2015. Disponível em: < [http:// congressos.anpcont.org.br/ix/anais/files/2015-05/cue325.pdf](http://congressos.anpcont.org.br/ix/anais/files/2015-05/cue325.pdf)>. Acesso em 9 nov. 2015.

HOSS, Osni; ROJO, Claudio Antonio; GRAPEGGIA, Mariana. **Gestão de ativos intangíveis**. São Paulo: Atlas, 2010.

LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira. **Pronunciamentos contábeis na prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LEITE, D. Ulhôa; PINHEIRO, Laura E. T. Disclosure de ativo intangível: um estudo dos clubes de futebol brasileiros. In: CONGRESSO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS – ADCONT, 3., 2012, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Disponível em < <http://www.facc.ufrj.br/ocs/index.php/adcont/adcont2012/paper/view/525>> . Acesso em 9 nov. 2014.

COSTA, Ingrid L. S.; MARTINS, Talyta T. A.; LUZ, Janayna R. M.; ALBUQUERQUE, Lúcia S.; CARVALHO, J. R. M. Análise das notas explicativas sobre combinações de negócios: um estudo nas instituições financeiras do Brasil no período de 2008 a 2012. In: CONVENÇÃO PARAIBANA DE CONTABILIDADE, 5., 2015, Campina Grande. **Anais eletrônicos...** Campina Grande: Convpbcontabilidade, 2015. Disponível em: < <http://convpbcontabilidade.com.br/wp-content/uploads/2015/10/AN%C3%81LISE-DAS-NOTAS-EXPLICATIVAS-SOBRE-O-PROCESSO-DE-COMBINA%C3%87%C3%83O.pdf>>. Acesso em 11 jan. 2016.

PRADO, Thiago Alberto dos Reis; MOREIRA, Fabio Silva Alves. O tratamento contábil adotado pelos clubes de futebol no registro de atletas profissionais e amadores: um estudo das demonstrações contábeis do exercício social 2012. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 14., 2012, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2012. Disponível em: <<http://congressosp.fipecafi.org/web/artigos142014/441.pdf>> . Acesso em 9 nov. 2014.

SILVA, Carlos Magno Costa e. **Análise das metodologias e técnicas de pesquisa sobre os ativos intangíveis**: um estudo nos eventos de contabilidade. 2014. 25 f. Artigo – Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis). Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; TEIXEIRA, Hígor Medeiros; NIYAMA, Jorge Katsumi. Evidenciação contábil em entidades desportivas: uma análise dos clubes de futebol brasileiros. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2009. Disponível em: < <http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos92009/305.pdf>>. Acesso em 9 nov. 2014.

SILVA, José Antônio F. A transparência das demonstrações financeiras em organizações desportivas: um estudo da evidenciação contábil em clubes de futebol. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7., 2007, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2007. Disponível em: < <http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos72007/154.pdf> >. Acesso em 9 nov. 2014.

SOUZA, Alyson Gomes de; SILVA, Agnaldo Batista da; SOUSA, Wellington Dantas de; NASCIMENTO, João Carlos Hipólito Bernardes do; BERNARDES, Juliana Reis. Disclosure nas Demonstrações Financeiras: Um Estudo Sobre o Nível de Evidenciação Contábil dos Clubes de Futebol da Série “A” do Campeonato Brasileiro de 2013 à Luz da Resolução CFC nº 1.429/2013. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 15., 2015, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2015. Disponível em: < <http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos72007/154.pdf> >. Acesso em 11 jan. 2016.

ZAMBERLAN, Elizabete S. Interpretação de desvio padrão. **Acadêmicos de Medicina** [site]. [S. l.]: [s. n.], 2011. Disponível em: < <https://academicomedicina.files.wordpress.com/2011/05/interpretac3a7c3a3o-desvio-padrc3a3o.doc> >. Acesso em 9 nov. 2014.

ANEXO A – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (FONTES)

As demonstrações contábeis dos clubes apresentadas neste trabalho encontram-se disponíveis nos seguintes links:

Clube (UF)	Link do arquivo consultado
1. Atlético (MG)	http://www.atletico.com.br/wp-content/uploads/2014/07/Balan%C3%A7o-CAM-2014.pdf
2. Atlético (PR)	http://www.atleticoparanaense.com/public/uploads/ckfinder/files/atletico_contabil_2014.pdf
3. Avaí (SC)	http://www.avai.com.br/site/wp-content/uploads/2014/08/Audibanco-1.pdf
4. Chapecoense (SC)	http://www.fcf.com.br/wp-content/uploads/2015/04/10-ASS-CHAPECOENSE.pdf
5. Corinthians (SP)	http://www.corinthians.com.br/clube/transparencia
6. Coritiba (PR)	http://portal.coritiba.com.br/transparencia
7. Cruzeiro (MG)	http://www.cruzeiro.com.br/imagem/bancodearquivos/14190.pdf
8. Figueirense (SC)	http://www.fcf.com.br/wp-content/uploads/2015/04/03-balanco-figueirense-2014.pdf
9. Flamengo (RJ)	http://www.flamengo.com.br/site/download/transparencia
10. Fluminense (RJ)	http://static.fluminense.com.br/site/futebol/wp-content/uploads/2015/04/FLUMINENSE-DEMONSTRA%C3%87OES-SITE.pdf
11. Goiás (GO)	http://www.goiassec.com.br/admin/conteudo/arquivos/3376_05010847051501.pdf
12. Grêmio (RS)	http://www.gremio.net/upload/page/file/demonstracoes-contabeis-2014.pdf
13. Internacional (RS)	http://www.internacional.com.br/transparencia/upload/informativos_financeiros/balancos/versao_completa_apresentada_no_conselho_deliberativo_-_2014.pdf
14. Joinville (SC)	http://jec.com.br/wp-content/uploads/2013/11/JEC-Publica%C3%A7%C3%A3o2014.pdf
15. Palmeiras (SP)	http://www.palmeiras.com.br/public/upload/documento/uploads/documento_212.pdf
16. Ponte Preta (SP)	http://www.fpf.org.br/balanco/2014/3344A.pdf
17. Santos (SP)	http://www.santosfc.com.br/wp-content/uploads/2015/08/Balan%C3%A7o-Patrimonial-2014.pdf
18. São Paulo (SP)	http://www.saopaulofc.net/media/109616/SPFC_2015.pdf
19. Sport (PE)	http://www.fpf-pe.com.br/assets/uploads/143043261635.pdf
20. Vasco (RJ)	http://s3.amazonaws.com/vasco/upload/downloads/20150430212344_107534.pdf

OBS.: Todos os links acima foram acessados em 3 abr. 2016.

ANEXO B – ITENS DE DIVULGAÇÃO PRECONIZADOS NA NORMA CPC 04

Item	Pontos analisados em cada item	Pontos	Total de pontos
118. A entidade deve divulgar para cada classe de ativos intangíveis:	a) Distinção entre intangíveis gerados internamente e outros intangíveis	1	7
	b) Distinção entre intangíveis com vida útil indefinida ou definida e, se definida, os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas	1	
	c) Os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida	1	
	d) O valor contábil bruto e eventual amortização acumulada no início e final do período	1	
	e) As perdas acumuladas no valor recuperável no início e no final do período	1	
	f) A rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída	1	
	g) A conciliação do valor contábil no início e no final do período	1	
118.1 A entidade deve demonstrar na conciliação do valor contábil no início e no final do período:	a) As adições	1	9
	b) As adições, indicando separadamente as geradas por desenvolvimento interno e as adquiridas, bem como as adquiridas por combinação de negócios	1	
	c) Ativos classificados como mantidos para venda ou incluído em grupo de ativos como mantidos para venda	1	
	d) Aumento ou reduções durante o período, decorrentes de reavaliações e perda por desvalorização de ativos reconhecida ou revertida diretamente no PL	1	
	e) Provisões para perdas de ativos, reconhecidas no resultado do período	1	
	f) Reversão de perdas por desvalorização de ativos	1	
	g) Qualquer amortização reconhecida no período	1	
	h) Variações cambiais líquidas geradas pela conversão das demonstrações contábeis para a moeda de apresentação e de operação no exterior para a moeda de apresentação da entidade	1	
	i) Outras alterações no valor contábil durante o período	1	
119. As classes de ativos intangíveis devem:	a) Ser separadas (agregadas) em classes menores (maiores) se isso resultar em informação mais relevante para os usuários das demonstrações contábeis	1	1
120. A entidade deve divulgar informações:	a) Sobre ativos intangíveis que perderam o seu valor em função da redução ao valor recuperável dos ativos	1	1
121. Divulgar a natureza e o valor das mudanças nas estimativas contábeis com impacto relevante no período corrente ou em períodos subsequentes. Essa divulgação pode resultar de alterações:	a) Na avaliação da vida útil de ativo intangível	1	3
	b) No método de amortização	1	
	c) Nos valores residuais	1	
122. A entidade também divulgar:	a) O valor contábil dos ativos intangíveis avaliados com tendo vida útil definida	1	5
	b) Os motivos e fatores importantes que fundamentam a avaliação dos ativos intangíveis avaliados como tendo vida útil indefinida	1	
	c) A descrição de qualquer ativo intangível individual relevante para as demonstrações contábeis da entidade	1	
	d) O valor contábil de qualquer ativo intangível individual relevante para as demonstrações contábeis da entidade	1	
	e) O prazo de amortização remanescente de qualquer ativo intangível individual relevante para as demonstrações contábeis da entidade	1	
	a) O valor justo inicialmente reconhecido dos ativos	1	5

122.1 Em relação a ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais e inicialmente reconhecidos ao valor justo:	b) O valor contábil	1	
	c) Se são mensurados, após o reconhecimento, pelo método de custo ou reavaliação	1	
	d) A existência e os valores contábeis de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita e os valores contábeis de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações	1	
	e) O valor dos compromissos contratuais advindo da aquisição de ativos intangíveis	1	
123. Refere-se a considerações para o item 122		-	-
124 e 125. Refere-se a divulgações com relação ao método de reavaliação que não é permitido no Brasil de acordo com as normas		-	-
126 e 127. A entidade deve divulgar o total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período		ND	ND
128. Opcionais		-	-